

Já na visão de Sposito (1997, p.165), outros estímulos, além da pobreza familiar, podem ser apontados como responsáveis pela entrada precoce dos jovens no campo do trabalho: “o desejo de maior autonomia e a liberdade para decidir sobre seus hábitos de consumos e estilo de vida”. No entanto, os pais nem sempre valorizam a integração ao mercado pela via do consumo. Estes, marcados pela ética do trabalho árduo em seu processo de socialização, ficam temerosos com gastos supérfluos que traduzem o *look* juvenil e com as formas de consumo do tempo livre. Essa situação pode gerar eventuais crises no relacionamento familiar.

Outro estudo sobre jovens de baixa renda, neste caso moradores das cidades paulistas que compõem o Grande ABC, foi elaborado por Souto (2000). A autora constatou que a concretização do projeto de vida desses jovens tem se mostrado penoso, na medida em que, numa sociedade regida pelos valores de mercado, onde o poder aquisitivo determina a acessibilidade aos bens e serviços, eles consideram limitadas suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Evidencia-se, assim, como base nas discussões apresentadas, que é fundamental, no país, o incremento de políticas públicas voltadas ao segmento juvenil. Entretanto, é necessário se estabelecer uma articulação entre as políticas macroeconômicas tradicionais e as políticas sociais, no sentido de romper com a visão predominante sobre o papel compensatório e condicionado das políticas do trabalho, particularmente para os jovens.

Outro aspecto não menos importante, como indica Abramo (2005), a ser lembrando na elaboração das políticas públicas para esse segmento é pensar a multiplicidade de espaços da vivência juvenil, e a necessidade de ações em diversas áreas articuladas, numa perspectiva de visão integral do sujeito a que se destinam. Ainda ressalta que é necessário pensar opções ou modalidades dessas políticas, para atender distintas situações e trajetórias pelas quais os jovens vivem os processos referentes a esta etapa, como uma maneira, talvez, mais eficaz de perseguir a concretização de direitos universais, pelo atendimento diferenciado de necessidades desiguais.

### **Educação profissional: limites e desafios**

As inovações tecnológicas associadas às novas formas de gestão e organização da produção e do trabalho, ocorridas como conseqüências do novo regime de acumulação capitalista, em curso desde o final de década de 70, imprimem alterações substanciais nas demandas do trabalho, no perfil do emprego e,

principalmente, na formação do trabalhador, tendo em vista a busca de maior produtividade, qualidade e competitividade, marcas das economias de mercado frente ao crescente processo de globalização.

Araújo (2006) aponta que as transformações que ocorrem em nível do ensino profissional não acontecem isoladamente ou independentemente das modificações mais amplas que acontecem na sociedade. Estão relacionadas a um conjunto de fatores tanto de ordem econômica quanto de ordem política, à demanda na busca de uma resposta às necessidades impostas pelos avanços técnicos, científicos e aos impactos que estes avanços causam no setor produtivo.

Neste cenário, os trabalhadores não podem mais ser formados, tendo como pressuposto o trabalho fragmentado, repetitivo, padronizado, que separa a concepção da execução, característico da época da produção em massa e da linha de montagem. Espera-se, doravante, uma nova modalidade de formação profissional, a qual tenha como base os princípios da flexibilidade, do saber pensar, do aprender a aprender, da qualidade, da polivalência, da criatividade, das habilidades e competências, dentre tantos outros. Dito em outras palavras, a educação profissional vive um momento de transição de um modelo baseado em ocupações para outro centrado nas competências.

Na apreciação de Demo (1997), para dar conta desse desafio à educação, em geral, e à profissional, em particular, precisa desenvolver *o esforço reconstrutivo pessoal do aluno*: o processo de ensino não deve limitar os alunos a aprender apenas escutando os outros, tomando nota e realizando prova, é preciso desenvolver o processo reconstrutivo, entendido, essencialmente, como a capacidade de elaborar e pesquisar, nos termos pedagógicos, através do qual as idéias que estão fora passam para dentro, sendo possível o aluno tornar-se sujeito delas. Desenvolvida, dessa forma, a aprendizagem não se resume a mero instrucionismo, em decorar conteúdos, mas tem que estar voltada, essencialmente, para o desenvolvimento do saber pensar e do saber aprender.

Como chama atenção Kuenzer (1997), a memorização de procedimentos, necessário a um bom desempenho em processos produtivos rígidos, passa a ser substituída pela capacidade de usar o conhecimento científico de todas as áreas para resolver problemas novos de modo original, o que implica no domínio não só de conteúdos, mas de caminhos metodológicos e das formas de trabalho intelectual multidisciplinar, o que exige educação inicial e continuada rigorosa, em níveis crescentes de complexidade.

Depresbiteris (1995) identifica a necessidade de a educação profissional assumir um novo significado, que não se restrinja a formar o trabalhador apenas nas competências técnicas requeridas pela profissão, mas que também possibilite o desenvolvimento de capacidades que lhe permitam atuar de maneira crítica e criativa na sociedade, exercendo o papel de agente de mudança. É preciso colocá-lo como sujeito do processo produtivo e não como seu objeto.

Nesse contexto, para Demo (1998), assume igual importância o *papel maiêutico do professor*; o qual tem como compromisso garantir a aprendizagem do aluno, tendo como papel mais ostensivo orientar e avaliar. Por essa premissa, a aula extrapola a perspectiva expositiva que transforma o aluno em mero objeto de ensino. Para tanto, o professor precisa, acima de tudo, saber aprender para depois fazer o aluno aprender.

Ressalta, ainda, a importância da articulação da teoria e prática, enquanto aspecto fundamental no processo de conhecimento. Vale ressaltar que não existe aprendizagem apenas teórica ou apenas prática, na medida em que o confronto com a realidade supõe dar conta dela como um todo, além disso, é próprio do conhecimento moderno não distinguir entre teoria e prática, na medida em que seu signo fundamental é intervir para mudar.

A essa competência científico-metodológica articula-se a demanda por competência ética, na dimensão de compromisso político com a qualidade de vida social e produtiva. Ao mesmo tempo exigem-se novos comportamentos, em decorrência dos novos paradigmas de organização e de gestão do trabalho, onde as práticas individuais são substituídas por procedimentos cada vez mais coletivos, onde se compartilham responsabilidades, informações, conhecimento e formas de controle.

Nos termos apresentados, no entendimento de Demo (1997), se a educação profissional não for tão exitosa em relação à inserção no setor produtivo, pode se constituir num importante instrumento para o trabalhador enfrentar as adversidades do mercado, desde que seja realizada com qualidade formal e política, tendo como premissa básica o desenvolvimento da competência humana. Nessa direção, mais do que munir a pessoa de conteúdos, é preciso desenvolver o conhecimento na busca do domínio das habilidades propedêuticas, que podem ser resumidas pelo saber pensar e pelo aprender a aprender.

### **Considerações finais**

Reconhecendo-se a complexidade do fenômeno

analisado, não se tem a pretensão de indicar respostas definitivas sobre a educação profissional, o que de longe ultrapassaria os limites deste artigo, mas apenas delinear alguns caminhos para a condução dessa modalidade de ensino na atualidade.

As reflexões apresentadas sobre a educação profissional, de forma alguma têm a intenção de desqualificar ou desconsiderar a sua importância enquanto alternativa para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, nem tampouco de defender que a solução para a questão do desemprego desse segmento esteja apenas no campo educacional.

Assim, é necessário salientar as limitações e as possibilidades que essa modalidade de ensino enfrenta diante da estrutura econômica, tendo, sobretudo, de repensar propostas mais eficazes e coerentes com a realidade atual, no contexto desses desafios.

Nessa direção, a educação de qualidade precisa não só formar os indivíduos para atuar no mercado de trabalho, mas também possibilitar o seu desenvolvimento enquanto sujeitos históricos que procuram através de ações cotidianas construir suas próprias trajetórias. Em outras palavras, uma educação que relacione qualidade formal e qualidade política.

Para tanto, se faz necessário à construção da competência humana que não se reduza à competitividade bem como não hipostasie a dimensão política-ideológica, esta deve propiciar a capacidade de manejar conhecimento inovador e principalmente de o humanizar, no contexto da formação de um sujeito histórico ético e criativo (DEMO, 1997).

A concretização desta perspectiva, tomando-se emprestado os termos de Frigotto (2004, p. 213) só será possível pela garantia de

[...] uma educação básica que faculte aos jovens a base de conhecimentos que lhes permitam analisar e compreender o mundo da natureza, das coisas, e o mundo humano, social, político, cultural, estético e artístico. Desenvolvida desta maneira, tem-se a possibilidade [...] da formação de um jovem 'técnico-dirigente' sujeito autônomo e protagonista de cidadania ativa, e não reduzindo a um 'cidadão-produtivo' explorando, obediente, despolidizado e que faça 'bem-feito' o que o mercado determina.

Diante das questões abordadas, não se pode cunhar falsas ilusões ou esperanças excessivas sobre essa modalidade educacional, criando naqueles que a procura a expectativa de que o acesso a essa formação será o suficiente para o ingresso no mercado de

trabalho. A efetividade da política de educação profissional dar-se-á mediante sua articulação com as demais políticas setoriais, sobretudo, as de natureza socioeconômica, no que tange à necessidade de geração de emprego e renda.

Com a adoção dessas medidas, os jovens que buscam esta modalidade educacional terão mais oportunidade de enfrentar os grandes desafios existentes na esfera do trabalho nos tempos atuais.

## Referências

ABRAMO, Helena Wedel. Condições juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wedel; BRANCO, Pedro Paulo M. Retratos da juventude brasileira. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p.37-72.

ALMEIDA, Elmir. Políticas públicas para os jovens em Santo André. SOUTO, Anna Luiza S.; ALMEIDA, Elmir de. Jovens: Políticas Públicas – Mercado de trabalho. São Paulo: Polis, 2000. (Publicações Polis, 35). p. 39-70.

ARAUJO, Judith Maria D. A direção e o sentido da educação profissionalizante industrial e o decreto 2.208/97. In FRIGOTTO, Gaudêncio. (org). Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, 2006. p.63-98.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5, maio/jun./jul./ago, e n.6, p.76-95, set./out./dez., 1997.

CASSAB, Maria Aparecida T. Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói: Intertextos, 2001.

CATTANI, Antônio David. Trabalho e autonomia. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha de oportunidade. Tradução de Nilson Moulin. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5, p.110-125, maio/jun./jul./ago. e n.6, p.110-125, set/out/dez. 1997.

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação Profissional: vida produtiva e cidadania. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, 24, n.1, p.1-11, jan./abr. 1998.

\_\_\_\_\_. Educação profissional: desafio da competência humana para trabalhar. In: Educação profissional: o debate da(s) competência (s). Brasília: MTb, SEFOR, 1997.

DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação de projetos educativos da formação profissional. Em Aberto, Brasília, Ano XV, n.65, p.165-173, jan./mar. 1995.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil:

perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

IBGE. População jovem no Brasil. Departamento de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

JACINTO, Claudia. Políticas Públicas de Capacitación Laboral de Jóvenes. Un Análisis desde las Expectativas y las Estrategias de los Actores. In: LEITE, Maria de Paula; NEVES, Magda de A. (Orgs.). Trabalho, qualificação e formação profissional. São Paulo: ALAST, 1998.

KUENZER, Acácia Z. O Ensino Médio agora é para vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. Dossiê do Ensino Médio. Revista Educação & Sociedade, Campinas: Cedes, n.70, p.15-39, abril 2000.

\_\_\_\_\_. O ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LARANGEIRA, Sônia M. Guimarães. Realidade do trabalho ao final do século XX. Revista Ser Social, Brasília, n.5, p.23-44, jul./dez. 1999.

LETÉLIER, Maria Eugênia. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: n.107, jul.1999.

LEVI, Giovanni, SCHIMITT, Jean-Claude. A História dos jovens. Tradução de Cláudio Marcondes, Nilson Moulin e Paulo Neves. São Paulo: Companhia da Letras, 1996 (v.1).

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5, maio/jun./jul./ago. e n.6, p.5-14, set./out./dez. 1997.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Bomtempo, 2001.

\_\_\_\_\_. A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil. 2000.

\_\_\_\_\_. O trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMA, Germán W. La situación de la juventud y los problemas de la inserción em la sociedad. In: FRANCO, Maria Laura; ZIBAS, Dagmar ML. (Orgs.). Final do século: educação na América Latina. São Paulo: Cortez, 1990. p. 203-249.

REIS, Cacilda F. Educação Profissional: análise da experiência dos egressos dos cursos profissionalizantes do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia/unidade de Ensino de Barreiras-BA. Brasília, 2002. 148 p. Dissertação (mestrado), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

SANCHIS, Enric. Da escola ao desemprego. Tradução de Mônica Maria T. S Corbuci, Martha A. Vieira e Célia F. S. Linhares. Rio Janeiro: Agir, 1997.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUTO, Anna Luiza Salles. Jovens e mercado de trabalho percepção e expectativa de inserção. In: SOUTO, Anna Luiza S.; ALMEIDA, Elmir de. Jovens: Políticas Públicas – Mercado de Trabalho. São Paulo: Polis, 2000. (Publicações Polis, 35). p. 7-37.

SPOSITO, Marília P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wedel; BRANCO, Pedro Paulo M. Retratos da juventude brasileira. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005. p. 87-128.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre juventude em educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5, maio/jun./jul./ago. e n. 6, p. 37-52, set./out./dez., 1997.

# PROCESSOS DECISÓRIOS EM COOPERATIVAS POPULARES

**Emanuele Freitas dos Santos**

Bolsista de IC/CEFET-BA

**Michele Silva Araújo**

Bolsista de IC/CEFET-BA

**Nilton Vasconcelos Júnior**

Professor Orientador do CEFET-BA

niltonvj@cefetba.br

## Resumo

As cooperativas populares, sendo empreendimentos da economia solidária, pressupõem um modelo de gestão diferenciado: a autogestão. Este modelo requer práticas democráticas e a participação ativa dos cooperados nas decisões. O objetivo deste texto é discutir os fatores que interferem nos processos decisórios em uma cooperativa popular e os mecanismos utilizados pelo empreendimento para preservar os princípios da democracia e da cooperação. A partir de uma discussão conceitual sobre os fatores que concorrem para restringir a democracia interna, é desenvolvido em estudo de caso em uma cooperativa popular que atua na coleta de materiais recicláveis. O estudo permitiu concluir pela existência de um razoável grau de participação dos cooperados no processo decisório com base numa análise da dinâmica das diversas instâncias de deliberação do empreendimento.

## Palavras-chave

Cooperativas populares. Autogestão. Economia solidária.

## Introdução

Com o apoio do Estado e de organizações da sociedade civil, os empreendimentos solidários, entre os quais se destacam as cooperativas populares, têm se apresentado como uma alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho, agregando às atividades produtivas valores como cooperação e autogestão.

Os avanços conquistados com a difusão dos estudos dedicados à economia solidária e ao cooperativismo popular permitem a identificação das peculiaridades da sua gestão, em especial, àquelas que apontam o seu caráter participativo nas decisões.

Nas cooperativas populares, um processo decisório em que prevalece a consulta coletiva é um diferencial que denota singularidade em relação às empresas tradicionais. Existem, porém, obstáculos que dificultam uma gestão democrática plena. O

desinteresse entre cooperados, que não reconhecem o valor da sua própria contribuição, e a centralização de poder, que, muitas vezes, surgem, como decorrência do desinteresse, podem contribuir para uma descaracterização da cooperativa e impedir o seu desenvolvimento interno e externo.

O presente trabalho objetivou identificar os principais fatores que influenciam o processo decisório das cooperativas populares e os mecanismos por elas utilizados para preservar os valores da solidariedade e da democracia interna. O procedimento adotado para identificar as características da prática democrática tomou como base as estruturas, rotinas e controles adotados pelo empreendimento. Nesse sentido, desenvolveu-se um estudo de caso, tendo como objeto empírico a Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental – a CAMAPET, situada na Península de Itapagipe, Salvador- Bahia.

Para identificar os elementos que interferem nos processos decisórios e os mecanismos adotados para o desenvolvimento e manutenção da democracia em cooperativas populares, será apresentada, a seguir, uma breve revisão de literatura sobre o Cooperativismo Popular e a questão democrática. O detalhamento da metodologia, dos resultados do trabalho e das conclusões será objeto das demais seções deste texto.

## Economia Solidária e Cooperativismo Popular

A economia solidária advoga uma racionalidade econômica oposta àquela que orienta o modo de produção capitalista, priorizando a cooperação em detrimento da competição. Por este motivo, parte dos autores, que se dedicam ao estudo da temática, apontam a economia solidária como alternativa ao capitalismo. Singer (2002), mesmo considerando que “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”,

compreende haver uma co-existência dos modelos. Numa abordagem diferenciada, França Filho (2002) concebe a economia solidária como uma outra forma de regulação da sociedade que se articula com o Estado e com o mercado apesar de não estar subordinado a estes.

Souza Santos (2002), por sua vez, refere-se à economia solidária como sendo:

[...] um modelo econômico que encontraria correspondências nas formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades. Sendo que tais formas incluem desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas próprias.

Efetivamente, a economia solidária surge, no Brasil, como uma alternativa de geração de renda com vistas à inclusão social. Os empreendimentos desenvolvidos a partir das influências deste campo de estudo e intervenção social são construídos na perspectiva da autogestão e da cooperação e se apresentam sob forma de grupos de produção, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias e cooperativas populares. Estas iniciativas devem associar os objetivos de sustentabilidade econômica às ações de inclusão social e educação, com vistas ao fortalecimento e ao desenvolvimento local. Assim, a economia solidária nada mais é do que um “[...] conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania” (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003).

### **Cooperativismo Popular**

No âmbito da economia solidária, os empreendimentos cooperativos são formados pelas camadas mais pobres da população, excluídos do mercado de trabalho, e fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos.

O termo *cooperativa popular* tem origem na criação da ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – na UFRJ, em meados da década de noventa. Constituídas por professores, alunos e funcionários de instituições de ensino superior, as incubadoras têm como propósito a orientação para o cooperativismo, contribuindo para o desenvolvimento do empreendimento. O cooperativismo popular pressupõe a existência de entidades de apoio ou assessorias, sendo as ITCPs, que se proliferam em mais de trinta instituições universitárias do país, uma das expressões mais importantes. Cançado (2004) define a incubação como o “[...] processo temporário

*de apoio à cooperativa para que ela possa se organizar e depois se auto-sustentar, organizada de modo autogestionário”.*

De acordo com Guimarães (2003), um dos fundadores da ITCP/UFRJ, a cooperativa popular é um instrumento de transformação social que deve apresentar retorno financeiro aliado a uma preocupação social. A inexistência de valores sociais pode fazer com que o empreendimento perca a sua singularidade enquanto organização coletiva. Para este autor discutir cooperativismo significa discutir educação, cidadania, tecnologia, políticas públicas e renda. O fortalecimento das cooperativas populares ocorre com a construção de objetivos comuns, decididos coletivamente.

Singer (2002) define cooperativa popular como sendo uma “[...] forma específica de expressão da economia solidária, baseada na posse coletiva dos meios de produção e na autogestão como forma de organização e trabalho”.

O cooperativismo popular, entretanto, não está restrito apenas à forma jurídica de cooperativa. Devido às restrições impostas pela legislação e aos custos inerentes à formação de uma cooperativa, alguns grupos têm optado por formar associações. Esta opção não descaracteriza o empreendimento, pois o que deve ser considerado são os valores do grupo e o respeito aos princípios da solidariedade e da cooperação.

As cooperativas populares são orientadas pelos princípios da Aliança Cooperativa Internacional e seguem as diretrizes da Carta de Princípios do Cooperativismo Popular, redigida em 1998. Esta carta de princípios revela a preocupação com a coletividade e com a igualdade entre os membros da cooperativa. A origem dos integrantes do empreendimento revela as condições atuais da sociedade onde predomina o desemprego e onde as pessoas não possuem recursos materiais para iniciar um empreendimento. O cooperativismo popular pressupõe a democracia em seus processos assim como requer um compromisso por parte dos associados com seus direitos e deveres.

Moura *et al* (2004), ao analisarem as especificidades da gestão de empreendimentos na economia solidária, destacam as diversas racionalidades que orientam a atuação das organizações mercantis, estatais e as organizações da sociedade civil. As empresas mercantis possuem a lógica da competição e do utilitarismo e buscam o lucro máximo. Os organismos públicos estatais atuam segundo a lógica do assistencialismo, da redistribuição aos cidadãos com base na burocracia administrativa. Já

as organizações que atuam no espaço da sociedade civil organizada são fundamentadas na ajuda mútua, na solidariedade e nas relações de proximidade sendo caracterizadas pela natureza associativa. Apesar de estas organizações estarem relacionadas com instituições estatais e mercantis, as suas atuações não se assemelham àquelas do mercado ou do Estado.

## 1. Autogestão

O entendimento comum sobre as organizações, em geral, as retrata como independentes e superiores às pessoas envolvidas no processo. Segundo esta abordagem, gerir pessoas é uma questão de organizar os indivíduos obedecendo a uma hierarquização que garanta o atendimento às demandas do empreendimento. Esta visão, porém, está sendo substituída por uma crescente percepção de que a interação entre os indivíduos constitui o próprio fenômeno organizacional (SATO; ESTEVES, 2002).

Este processo organizativo pressupõe uma gestão conjunta que, através de princípios democráticos, garante a participação de todos os associados nas decisões. Segundo Araújo e Moreira (2001): “A autogestão cooperativa e/ou associativa entendida como a gestão da organização pelos seus próprios sócios significa a passagem do poder decisório a todos os integrantes e a participação ativa do cidadão do poder”.

Dessa forma, compreende-se que “[...]a autogestão surgiu como uma construção societária e teórica que visava à radicalização da democracia formal [...] por uma democracia real, permanente e cotidiana [...]” (SINGER, 1998) e que a “[...] a autogestão é um tipo de organização social capaz de levar à transformação e ao desenvolvimento regional” (DORNELES, 2004).

No meio acadêmico, onde ocorre um estudo sistemático das organizações, percebe-se que conceber as “pessoas” como “recursos”, comparáveis a máquinas, é uma interpretação que vem sendo superada. Em seu lugar, surge uma visão do ser humano como o elemento mais importante da organização, que deve ser valorizado, desenvolvendo seu potencial.

A valorização dos indivíduos, porém, ainda não é uma prática na maioria das organizações, e a percepção da “organização” como sistema superior aos indivíduos não se limita às empresas capitalistas. Esta concepção persiste em outros modelos organizacionais, inclusive os de natureza social, pois se acredita que a burocratização, inerente à submissão das pessoas às demandas do empreendimento, minimiza a existência de conflitos. Os conflitos, portanto, não

são considerados como parte da interação humana e por isso muitos grupos abdicam do diálogo e da busca do consenso (SATO; ESTEVES, 2002). As concepções baseadas na “eficácia organizacional” orientam esta minimização do potencial humano. Os trabalhadores, em especial os que não estão envolvidos no processo gerencial, internalizam estas noções acreditando que esta estrutura não pode ser superada e que ela garante a sobrevivência da organização.

Sato e Esteves (2002), que fazem esta análise enfocando a autogestão em empresas autogestionárias, destacam que, através dos processos cotidianos, as pessoas se apropriam da gestão e que não é apenas nas Assembléias ou reuniões periódicas que as pessoas constroem uma gestão democrática. Diariamente, as pessoas negociam, debatem idéias, decidem, reavaliam outras decisões e organizam os rumos do empreendimento. Os autores chamam a atenção para a capacidade das pessoas de planejar e organizar atividades de suas vidas particulares, demonstrando que estas habilidades podem ser transferidas para o cotidiano da organização.

Araújo e Moreira (2001), adotando a sistematização de Bordenave (1983), analisam a participação em cooperativas e/ou associações de trabalho de acordo com as seguintes variáveis:

- nível da informação onde os integrantes são apenas informados sobre decisões já tomadas pela direção;
- consulta facultativa realizada pelos dirigentes para solucionar alguma questão;
- consulta obrigatória aos subordinados em ocasiões definidas;
- elaboração ou recomendação que são propostas dos cooperados que a direção aceita ou rejeita;
- co-gestão onde os cooperados influenciam diretamente a gestão através de órgãos colegiados;
- e a autogestão que é o maior nível de participação onde são eliminadas as diferenças entre administrador e administrado (BORDENAVE, 1983, *apud* ARAÚJO; MOREIRA, 2001).

Estas categorias definem, de forma clara, os níveis de participação em um empreendimento cooperativo e, através destas, pode-se analisar o estágio da democracia no grupo. Os integrantes de uma cooperativa popular precisam estar envolvidos nos processos, seja de maneira direta ou de representação. É relevante que os indivíduos não se abstenham do direito de gerir conjuntamente a cooperativa.

Nunes (2002), ao retratar a experiência comunitária realizada em um bairro de população pobre da cidade de Salvador, apresenta uma definição sobre participação que se mostra válida para o presente estudo. Para a autora, participar significa tomar parte em discussões e em decisões para a solução de problemas, uma atitude voluntária e contínua que pressupõe o conhecimento de rituais democráticos. Quando o grupo é desprovido desta habilidade deve ser preparado para este aprendizado.

Como já foi ressaltado, as cooperativas populares são constituídas por pessoas de baixa renda que devido à estrutura de trabalho “formal”, não reconhecem a democracia como mecanismo eficaz para a organização do grupo. Na prática da autogestão, as discussões devem ser encaradas positivamente na tentativa de encontrar soluções para os problemas. As decisões devem vir do consenso grupal e o aprendizado da participação deve ocorrer no dia-a-dia.

Por isso mesmo, Singer (2002) afirma que o desinteresse dos sócios é o maior obstáculo à autogestão. As pessoas se recusam a assumir o esforço adicional das práticas democráticas – o esforço de se dedicarem a suas funções específicas e também de se preocuparem com o empreendimento de uma forma geral. Os sócios preferem delegar à direção da cooperativa o poder de decidir e não costumam questionar as soluções encontradas. O autor destaca que este problema é originário da pouca formação democrática das pessoas, mas considera que “a autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de integração democráticos e igualitários (em termos), que é o que os sócios precisam” (SINGER, 2002).

## **2. Fatores que Influenciam no Processo Decisório**

O exercício da autogestão é condicionado por diversos aspectos que podem interferir positiva ou negativamente para a participação dos indivíduos nas decisões. A seguir, serão discutidos alguns destes elementos que são destacados nos estudos sobre economia solidária e, posteriormente, serão comparados aos resultados obtidos com a pesquisa de campo, para saber se estes fatores influenciam no processo decisório da cooperativa estudada.

**Nível de Escolaridade dos Cooperados** – embora não seja considerado um fator de grande relevância, o nível de escolaridade dos membros influencia o nível de desenvolvimento de uma cooperativa popular. A pouca escolaridade dos componentes do empreendimento pode ser um empecilho à autonomia

dos cooperados. A valorização da educação nas cooperativas populares contribui para o crescimento dos indivíduos participantes, além de permitir ao grupo a utilização adequada das informações que lhes são concedidas.

**Estigmatização dos Pobres** – A estigmatização da pobreza é um fator destacado por Nunes (2002), ressaltando que a noção de inferioridade atua sobre os pobres para segregá-los. Muitas vezes, os pobres não associam a sua condição social à estrutura política e econômica em que vivem e por isso se conformam com a situação. Diversas tendências orientam o comportamento das pessoas que interiorizam este estigma, tais como a vitimização que leva à busca pela caridade e legitima o assistencialismo. A interiorização do estigma deprecia o indivíduo e gera desvalorização do seu grupo (NUNES, 2002), visão que prejudica a coesão do grupo e gera conflitos não-constructivos. Além disso, a estigmatização faz com que as pessoas se sintam minimizadas, incapazes de decidir diante de certas situações. Em especial, quando existe o apoio de profissionais especializados os indivíduos tendem a se achar incapazes não raras vezes, em função da sua baixa escolaridade. Estas pessoas precisam de capacitação para a decisão através do aprendizado constante sobre os valores do cooperativismo e também através da construção de uma visão crítica sobre a sociedade.

**Liderança** – As lideranças que se destacam na organização por capacidade de persuasão, pelas experiências de vida e acabam influenciando bastante os demais associados e, assim, os rumos do grupo, por isso mesmo o papel desempenhado pelo líder é decisivo para a democratização do processo decisório.

Em um empreendimento da economia solidária estas lideranças devem nortear os cooperados e, ao mesmo tempo, incentivar a participação dos indivíduos em todas as questões relevantes. O líder, nas cooperativas populares, deve mobilizar os esforços do grupo para o desenvolvimento individual e coletivo, priorizando os interesses coletivos diante de suas expectativas particulares.

Os dirigentes das cooperativas devem servir de exemplo para seus companheiros, auxiliá-los no desenvolvimento das atividades, promover uma comunicação interna eficiente. A liderança que concentra as decisões prejudica a coesão do grupo e o desenvolvimento do empreendimento (NUNES, 2002).

**Tamanho do Empreendimento** – Outra questão que influencia o processo decisório relaciona-se ao porte da organização, de forma que quanto



maior o empreendimento mais forte é a tendência de o mesmo deixar de seguir a autogestão. A lógica, que direciona o mercado no qual as cooperativas populares irão disponibilizar seus produtos ou serviços, se baseia na lucratividade e na competitividade. Por este motivo, a prática da autogestão, que pressupõe o valor da cooperação, pode ser comprometida. Nas cooperativas menores é mais fácil promover uma gestão participativa, apesar de muitos empreendimentos pequenos sofrerem com o pouco engajamento de seus sócios. Já, nas grandes cooperativas, é forte a tendência de concentração do poder e de burocratização (ALMEIDA, 2002). Para que as cooperativas populares consigam associar o seu crescimento com a prática da autogestão as informações devem fluir, de cima para baixo, e as instruções, de baixo para cima. Acima de tudo, os sócios devem estar engajados na luta pelo sucesso do empreendimento seguindo os valores do cooperativismo (SINGER, 2002).

**Dinâmica Organizacional** – A dinâmica organizacional, do ponto de vista das relações que se estabelecem entre os órgãos deliberativos, também afeta as decisões dos cooperados. A estrutura das cooperativas deve ser adequada às necessidades de cada grupo e este tipo de hierarquização deve permitir o fluxo constante de informações para que todos tenham condições de opinar e decidir sobre os assuntos do empreendimento.

Araújo e Moreira (2001) definem, assim, a estrutura básica de uma cooperativa:

- **Assembléia geral:** órgão superior que permite a participação de todos os associados através do voto.
- **Diretoria ou conselho administrativo:**

constituídos por cooperados eleitos, é responsável pela execução das propostas aprovadas em assembléia. Pode indicar uma diretoria executiva.

- **Conselho Fiscal:** tem a função de fiscalizar o patrimônio da cooperativa
- **Órgãos auxiliares:** são as comissões ou núcleos que possuem funções específicas de acordo com as atividades da cooperativa.

Os valores do cooperativismo devem ser praticados no contexto destes órgãos, sendo que os cooperados possuem o direito e o dever de interferir nos processos e participar das decisões.

A assembléia é um dos mecanismos que permitem a consolidação da autogestão, porém a falta de participação em Assembléias tem sido destacada como um grande problema em cooperativas. Este fato deve ser discutido, pois não é apenas um problema interno, mas é uma reprodução dos valores da nossa sociedade que não incentiva o aprendizado da cidadania.

A análise conjunta da estrutura organizacional do empreendimento, do seu funcionamento e dos fatores que interferem nos processos de autogestão pode contribuir para a caracterização dos processos decisórios em cooperativas populares.

O quadro a seguir expõe elementos relevantes que devem ser considerados ao se avaliar os níveis de participação em cooperativas populares, de acordo com a sua estruturação estatutária básica. O atendimento ao maior número possível de comportamentos relacionados nos permite avaliar positivamente um empreendimento solidário do

#### QUADRO DE ANÁLISE: PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM COOPERATIVAS POPULARES

Órgão Deliberativo	Fatores que revelam a participação e a democracia nos processos
Assembléia Geral	Alto nível de freqüência dos associados; Alto grau de contribuições dos associados nas discussões; Atitudes de incentivo das lideranças; Respeito ao direito de voto; Capacitação para que o grupo possa analisar as contas do empreendimento; Liberdade para que o grupo eleja ou destitua administradores.
Diretorias	Abertura para opiniões dos associados; Representação de decisões deliberadas em assembléia; Adequado fluxo de informações; Direcionamento e mobilização do grupo; Difusão de conhecimentos adquiridos.
Conselho administrativo	Garantia do cumprimento das deliberações da assembléia geral; Proferir pareceres honestos sobre as contas, contratos e parcerias; Submeter ao grupo as decisões e pareceres de auditorias.

FONTE: elaborado pelos autores.

ponto de vista da democracia e da participação, portanto do grau de desenvolvimento da autogestão.

## Metodologia

Para desenvolver este trabalho, na fase exploratória foram realizados levantamentos em fontes secundárias buscando identificar experiências de gestão cooperativa, assim como construir uma referência teórica e o objeto de estudo. O trabalho de campo implicou na observação informal da cooperativa estudada através de uma pesquisa descritiva que compreendeu visitas objetivando conhecer o cotidiano dos trabalhadores, o ambiente do empreendimento e a dinâmica do processo decisório da organização. Com este intuito, foram realizadas entrevistas com cooperados e dirigentes da entidade de apoio à gestão; além da aplicação de questionários. Um empreendimento característico da economia solidária, uma cooperativa popular localizada na Região Metropolitana de Salvador, foi selecionado: a Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental – CAMAPET. Ao longo do período das visitas, foram obtidas informações necessárias a uma compreensão do processo de constituição da cooperativa e da escolha do ramo de atuação.

O contato sistemático com os cooperados permitiu, sobretudo, a observação dos mecanismos de decisão e da atitude dos cooperados frente à gestão e às relações interpessoais, assim como do processo produtivo.

Após as entrevistas, foram aplicados os questionários para a obtenção de dados qualitativos e quantitativos junto à determinada amostra de cooperados, sendo elaborados com base no Quadro de Análise: Processos Participativos em Cooperativas populares (ver Figura 1). No início da pesquisa e das observações com a CAMAPET, a cooperativa só contava com 14 cooperados. Desse universo, o questionário foi aplicado junto a 10 pessoas.

## Resultados

A CAMAPET – Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental – é um empreendimento formado por adolescentes e jovens da comunidade de Alagados – Itapagipe, com idade entre 16 e 25 anos, e vem desenvolvendo um papel importante no resgate da auto-estima, na inclusão de jovens no mercado de trabalho; na geração de renda; e na mudança de comportamento e

atitudes da população local com relação ao trato com resíduos sólidos.

A cooperativa tem esse nome em função da sua relação com o CAMA (Centro de Arte e Meio Ambiente), uma instituição sem fins lucrativos, que dissemina informações sobre ecologia e atua em movimentos sociais vinculados à preservação do meio ambiente. O foco inicial do empreendimento foi a coleta de garrafas PET, o que influenciou na definição da designação da cooperativa. O surgimento do grupo se deu em decorrência dos cursos desenvolvidos pelo CAMA e da ideia de colocar em prática o conhecimento adquirido. Logo, a cooperativa começou a trabalhar com uma gama mais variada de materiais recicláveis. A CAMAPET incorpora nas suas atividades a realização de palestras sobre Educação Ambiental para a comunidade da Península de Itapagipe, que é a área de atuação da cooperativa.

Fundada em 1999, a CAMAPET, de início, contava com 30 associados. Cinco anos depois, apenas 2 dos 30 associados iniciais continuavam na cooperativa. A CAMAPET também atua na aquisição de material junto a catadores avulsos, mantendo quatro pontos de compra na Península de Itapagipe. Além disso, a cooperativa orienta a comunidade para que eles os ajudem, separando os materiais recicláveis, que, posteriormente, sejam recolhidos em datas determinadas. A cooperativa mantém convênios com empresas diversas para o fornecimento de materiais descartados no seu processo produtivo e, também, com diversas escolas, igrejas, associações, condomínios.

O caminhão utilizado pela cooperativa para o transporte desses materiais até a sede é próprio, embora insuficiente para a quantidade de materiais a serem transportados, pois tem a capacidade de carga de apenas três toneladas. Ao chegarem ao galpão da cooperativa – nas dependências de uma companhia ferroviária, os materiais são separados: latas, garrafas plásticas transparentes e coloridas, papelão, papel branco, papel colorido, cada qual em seu lugar. Depois, são feitos fardos com cada tipo de material e são vendidos para empresas na Região Metropolitana de Salvador.

De acordo com os questionários aplicados a uma amostragem de dez cooperados da CAMAPET, os cooperados já fazem parte da cooperativa: há sete meses (1 cooperado), oito meses (1 cooperado), nove meses (1 cooperado), dez meses (1 cooperado), um ano (4 cooperados) e seis anos (2 cooperados).

Pelos questionários foi possível observar que todos

participam das assembleias que são realizadas quinzenalmente na cooperativa e demonstram estar informados do que ficou decidido na última Assembleia realizada.

Unanimemente, os cooperados se consideram bastante participativos com relação ao processo de tomada de decisões da cooperativa, sendo ativos na discussão e votação nas Assembleias. Concordam entre si que as opiniões ou sugestões emitidas pelos cooperados nas Assembleias são aceitas e discutidas pelos seus colegas e afirmam já terem apresentado propostas para melhorar o trabalho da cooperativa.

Quando foram questionados sobre a Diretoria, todos os cooperados disseram que ela é democrática, mas, ao serem indagados sobre a atuação da mesma, as repostas se dividiram: seis dos dez cooperados acham que a Diretoria atual é melhor do que as anteriores; três acham a Diretoria um pouco confusa, mas sabem que ela tenta fazer o melhor possível; um entrevistado acha que ela é somente razoável.

Os cooperados demonstraram compreender que a Assembleia pode destituir a Diretoria em função de ato que contrarie as normas estabelecidas pelo Estatuto da cooperativa. Os entrevistados entendem que, na hipótese de algum cooperado descumprir uma decisão, o caso será levado pela Diretoria até a Assembleia e que os cooperados decidirão juntos se terá e qual será a punição tomada.

Segundo informaram, a contabilidade da cooperativa é discutida em Assembleia, porém somente 6 dos cooperados já tomaram algum curso sobre contabilidade. Nove deles, entretanto, dizem entender e saber analisar o balancete de contabilidade da cooperativa. Ou seja, da amostragem analisada, apenas um cooperado não tomou nenhum curso e nem sabe analisar as contas da cooperativa.

Neste processo, foi possível acompanhar uma reunião da diretoria que discutia o resultado obtido com as vendas de latinhas de cerveja e garrafas de plástico coletados no Carnaval. Observou-se o interesse de todos em compreender todos os custos, despesas e lucros referentes ao processo, para que, posteriormente, o Balanço Patrimonial pudesse ser passado para os outros cooperados na próxima reunião geral.

Ao serem indagados sobre suas participações em reuniões ou eventos fora da CAMAPET a fim de representá-la, sete dos dez cooperados disseram já terem participado de algum evento e apenas três disseram que não, pois isso se restringe a Diretoria.

Dos cooperados, que fizeram parte da amostragem, 7 afirmam que querem fazer parte da Diretoria futuramente. Os motivos são os mais variados: para ganhar uma maior experiência; por já fazer parte dela e considerar que executa um bom trabalho; para se tornar mais responsável; e por ser um cargo importante. Dos três cooperados que não gostariam de fazer parte futuramente da Diretoria, dois dizem não se interessarem pelo cargo e um, por já ter feito parte, afirma que é melhor outras pessoas também terem a oportunidade.

Ao responderem sobre a questão que diz respeito ao desempenho dos outros cooperados, nove pessoas da amostragem acham que todos desempenham corretamente as funções que lhes são atribuídas, pois todos sabem que, para o resultado do trabalho ser positivo, é necessária a participação de todos os envolvidos no processo. Apenas um cooperado diz que, às vezes, alguns cooperados ficam conversando no horário de trabalho e que esquecem suas funções.

Assim, pode-se observar que a CAMAPET é bastante homogênea, democrática, que seus membros são participativos, e que alguns conflitos existem, mas que são resolvidos através do diálogo, não chegando a atrapalhar no desenvolvimento do trabalho da cooperativa. Também pôde ser observado que os membros da cooperativa demonstram saber a importância do papel que desempenham, tentando, assim, fazer o melhor possível para ajudar no desenvolvimento da cooperativa.

### **Considerações finais**

Após a análise das respostas do questionário, das entrevistas e das observações feitas nas visitas ao empreendimento, pode-se afirmar que a CAMAPET é uma cooperativa razoavelmente democrática e que sua autogestão é bastante desenvolvida.

Se “a autogestão é o que caracteriza a empresa solidária”, como afirma Singer (2002), a CAMAPET é caracterizada como uma cooperativa popular e conta com a colaboração de todos os envolvidos para a tomada de decisão.

Para que os conceitos da autogestão se tornem prática sistemática nas cooperativas é necessário que os integrantes do grupo participem ativamente de sua gestão, e esta tem sido uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas cooperativas. Assim, o empreendimento deve ser destacado, visto que a maioria dos membros está sempre presente nas Assembleias, estão sempre opinando e participando das votações. Esses fatores permitem perceber a preocupação que o grupo tem com a coletividade, com o outro e com o futuro do empreendimento. O exercício da autogestão é condicionado por

diversos aspectos que podem interferir, positiva ou negativamente, para a participação dos indivíduos nas decisões e fatores como a estigmatização do pobre, nível de escolaridade, o papel do líder, o tamanho do empreendimento e a dinâmica organizacional podem influenciar ou não no processo decisório de uma cooperativa. No caso do empreendimento estudado, alguns desses fatores puderam ser analisados e, em sua maioria, não influenciam negativamente a tomada de decisão dos cooperados.

Não foram observados indícios de que a estigmatização da pobreza prejudicasse o desenvolvimento da cooperativa, ainda que o estudo não tivesse feito uma investigação em profundidade deste aspecto. O grau de escolaridade, por ser elevado em relação à média da população; e não identificação de um líder “forte”, que cerceie a ação dos cooperados; são fatores que contribuem para um perfil mais participativo. Sendo a CAMAPET um empreendimento de pequeno porte, a tendência de haver obstáculos à autogestão em função da complexidade da organização, não se aplica.

O fator dinâmica organizacional pôde ser melhor analisado e percebe-se que sua estrutura é adequada às necessidades do grupo, e a hierarquização permite o fluxo constante de informações para que todos tenham condições de opinar e decidir sobre os assuntos do empreendimento.

A análise da estrutura organizacional da CAMAPET e do seu funcionamento contribuiu para o entendimento do seu processo decisório, que conta com a participação e o interesse de todos os seus cooperados.

Com a participação nas decisões, o grupo aprende lições de cooperação, de solidariedade e de cidadania. Esta percepção permite que o grupo descubra que o sucesso do empreendimento pode ser demonstrado, não apenas pelos ganhos financeiros, mas também pelo fortalecimento do sentido de comunidade. A inclusão social passa pelo aprendizado da democracia no cotidiano das pessoas.

Diante da análise dos fatores anteriormente discutidos pode-se dizer que a prática da autogestão, nas cooperativas populares, envolve o crescimento das pessoas enquanto indivíduos e enquanto cidadãos. Fazer parte de um empreendimento solidário e se envolver verdadeiramente com a gestão é um aprendizado do qual o indivíduo não deve abdicar.

O grupo, buscando alternativas que permitam a participação efetiva dos cooperados na gestão, conscientiza a todos da importância de sua atuação no grupo, pois isto motiva os integrantes a permanecerem

no empreendimento.

Neste particular, torna-se necessário aprofundar os estudos quanto aos fatores que contribuem para o afastamento/permanência dos cooperados. No caso específico, verificou-se uma expressiva renovação do quadro associativo e não parece estar correlacionado com restrições importantes do processo de autogestão.

## Referências

- ALMEIDA, Sandra Mara Rommel de. Construindo Alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Cadernos da Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.coeptbrasil.org.br>>. Acesso em: 14 nov. 2003.
- ARAUJO, Maria; MOREIRA, Carlos. Gerenciamento de pessoas em uma associação de trabalho: Novas formas de participação? Organizações e Sociedade, Salvador, v. 8, n.22, p.75-90, set-dez, 2001.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. O que é participação. São Paulo : Brasiliense, 1983. 81p. (Coleção Primeiros Passos, 95).
- CANÇADO, Airtton C. Autogestão em Cooperativas Populares: os desafios da prática. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 03 nov. 2004. Orientador: Prof. Dra. Suzana Moura.
- DORNELES, Simone Bochi. Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional. [2004?]. Disponível em: < <http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análises & Dados, Salvador, SEI v.12, n.1, p. 9-19, jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. Gestão Social: um conceito em construção. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9., 15-19 Jun. 2003, EAUFB, Salvador: [s.n.], 2003.
- FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO POPULAR DO RIO DE JANEIRO. Carta de Princípios. Disponível em: <<http://www.cooperativismopopular.org.br>> Acesso em: 18 jun. 2004.
- GUIMARÃES. Gonçalo. Cooperativismo Popular. In: Economia Solidária: Desafios para um novo tempo. Cadernos Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador, n.5, 2003.
- MOURA, Maria Suzana; SILVA JÚNIOR, Jeová T.; TEIXEIRA, Luiza; SILVA, Manuela Ramos da; MAGALHÃES, Ósia Alexandrina V. Especificidades da Gestão de Empreendimentos na Economia Solidária - Breve Estado da Arte sobre o Tema. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INVESTIGADORES DO COOPERATIVISMO, São Leopoldo, 2004.
- NUNES, Débora. Pedagogia da Participação: trabalhando com comunidades. Tradução Ciro Sales. Salvador: UNESCO/Quarteto,

2002. 130p.

SATO, Leny; ESTEVES, Egeu. Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo particular. São Paulo: ADS/CUT, 2002. 45p.

SINGER, Paul. Uma Utopia Militante: repensando o socialismo. São Paulo: Vozes, 1998. 182 p.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Cap. I, Fundamentos, p.7-23.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.2.

# TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO PARA O LAZER

**Claudete Rejane Blatt**

Professora da Coordenação de Artes Esportes e Cultura do CEFET-BA.  
claudete@cefetba.br

**Noemi Silva Varjão**

Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB/CEFET BA.  
laranjinha29@hotmail.com

## Resumo

O lazer, como elemento integrador e parte do desenvolvimento pessoal, tem influência e interferência no cotidiano do homem moderno, se apresentando como um foco que permeia e acompanha o indivíduo em sua permanente evolução, o qual busca aprimorar e usufruir do lazer como fator preponderante e indispensável no uso e ocupação do tempo livre.

## Palavras-Chaves

Lazer. Educação e Tempo Livre.

## Introdução

O lazer tratado como objeto de estudo através de uma análise crítica e pesquisa exploratória, engloba o social, a economia, política e a qualidade de vida dos cidadãos.

Apesar da existência de inúmeros artigos, pesquisas e trabalhos que enfocam o lazer, ainda não tratamos o homem como um ser em constante mutação. Verificamos a análise do homem como um indivíduo com noção do que é tempo livre, mas sem saber como utilizar deste tempo livre. A forma como o lazer se apresenta e como se interliga através da educação para o lazer, qualificando e ampliando a maneira de como utilizar o tempo, após as atividades relacionadas a trabalho ou obrigações, é respaldada em análise das entrevistas com pessoas comuns da sociedade, pessoas com focos diversos e histórias de vidas diferentes em espaços diferentes.

Trata-se, nesta reflexão, de apresentar o lazer como evolução permanente e parte intrínseca na vida dos indivíduos, por isto tratado de forma tão específica e inerente ao cotidiano de cada ser como fator contribuinte e preponderante na melhoria da qualidade de vida do ser.

O estudo do usufruto do lazer surge da expectativa de aumento do tempo livre do homem na sociedade moderna, o que motiva e justifica encontrar as diferentes formas de uso e absorção do lazer nos diferentes segmentos da sociedade contemporânea.

## Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, analisaram-se artigos científicos em meio eletrônico, a fim de levantar as publicações existentes sobre o tema proposto. Para esse levantamento, foram utilizadas palavras chave sobre lazer, tempo livre e suas implicações na vida do homem como um ser social.

As abordagens referenciais com a pesquisa teórica foram elaboradas a partir de questões norteadoras, tais como: Qual o significado do lazer para cada autor pesquisado? Existem métodos pré-definidos para efetuar a expansão do lazer? Qual seria o método para expandir a cultura do turismo? Estão as pessoas prontas para desfrutar desse tempo livre? O que o cada autor pesquisado apresenta sobre lazer com relação à sociedade? Que aspecto é comum nas obras selecionadas? As pessoas compreendem o verdadeiro significado do lazer? Quais formas de lazer utilizadas nos referenciais pesquisados.

A partir destas questões, com base nos referenciais teóricos, partiu-se para a pesquisa de campo, com entrevista a indivíduos comuns na sociedade contemporânea. Apresentamos a seguir uma comparação destes referenciais com relação às pesquisas de opinião dos entrevistados.

## Resultados e Discussão

Os indivíduos possuem *a priori* uma idéia do que acha que vem a ser o lazer. Devido a este fator motivador, realizou-se pesquisa com pessoas de diferentes histórias de vida e percepções diferenciadas para obter um melhor resultado. Através da análise, pôde-se notar que não há uma constante do significado lazer para cada indivíduo. Para a maioria, lazer é estar livre de obrigações e aproveitar o tempo livre; outros referem-se a lazer como uma forma de divertimento, mas uma questão de cidadania, alguns também garantem que é qualquer atividade que envolva a diversão. Para os demais, lazer é prática de esportes, viagens, músicas etc.

Muitos basearam-se apenas nas experiências vividas e em suas idéias já formadas e estabelecidas. A maioria delas nunca estudou sobre o lazer, mas reservam horários durante a semana, fins de semana, ou até diariamente.

Os significados do lazer para cada autor que tomamos como referência não são divergentes, são complementares, o significado que Schimitz (2003) nos traz na sua obra não tem no lazer um conteúdo delimitado, mas sim o que ele representa. A importância que o lazer exerce sobre a sociedade. A sua prática tem como fator preponderante influência forte no turismo, ocasionando mais viagens, empregos como de profissionais na área e uma melhor qualidade de vida.

Lazer, Formação e Atuação profissional (1995), por ser uma coletânea de artigos, com autores distintos, cada autor traz seu conceito sobre o significado do lazer, vendo este não só como divertimento, descanso e preenchimento do tempo livre, mas também com uma questão de cidadania.

Para Marcellino (1990), existem dois enfoques para o conceito de lazer: lazer como estilo de vida (como atitude) e lazer liberado de trabalhos e outras obrigações (como aspecto tempo). Esses dois enfoques não se confrontam, apenas possuem conceitos diferentes. Como atitude são todas as coisas que as pessoas fazem com prazer e/ou satisfação, tornando-se uma atividade de lazer. Já como aspecto tempo, considera-se um lazer quando estão liberados de qualquer obrigação. Como Dumazedier (1973) se refere quando apresenta em seu conceito de lazer a inclusão tempo e atitude.

(...) Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se, entreter-se, ou ainda para desenvolver sua livre formação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações sociais e familiares." (DUMAZEDIER, 1973, p.34)

O aspecto presente nos referenciais é a educação pelo e para o lazer. A importância de haver uma educação para o lazer não é só para a sociedade, mas também para os profissionais que atuam nessa área. Embora o lazer se apresente de forma diferenciada, todos os enfoques se concretizam na necessidade da educação para e pelo lazer.

Devemos observar que os significados referentes a lazer não convergem, mas, sim, se complementam, sendo indiscutível a importância do lazer tanto

no campo pessoal como no social, ressaltando a necessidade de uma maior dimensão da valorização do lazer. A forma de lazer mais abordada nos referenciais teóricos analisados destaca o mesmo como instrumento educativo. Todos concordam no fato de que a educação proporciona um melhor aproveitamento do tempo livre, qualificando e oferecendo qualidade no lazer.

Existem trabalhos relacionados ao lazer, contudo os "profissionais"<sup>1</sup> que utilizam-se do lazer como uma simples forma de passar o tempo, de entretenimento, enfatizando o lazer como mercadoria ou simples distração oferecem o lazer apenas como um produto a ser consumido, não adiantando ofertar um produto rotulado, um entretenimento a ser consumido ou que está dentro de um modismo, porque esse tipo de lazer, seja individual ou grupal, apenas satisfaz o presente e conduz o ser humano ao individualismo e a padronização, atendendo apenas os desejos imediatos do cidadão, não o preparando para o dia a dia cheio de obrigações e stress.

Para o modelo de vida que o indivíduo tem na sociedade atual não é necessário apenas um entretenimento ou fuga da realidade em que vivem, mas ter lazer como prática social, que interrogue os conceitos e valores nos quais estamos inseridos. Esse é o sentido que deve ter o lazer.

O desenvolvimento da cultura do lazer crítico e consciente possibilitará a diminuição da competição e do individualismo social. Não é qualquer atividade de lazer que promoverá uma melhor qualidade de vida social. É imprescindível tornar o lazer um objeto de crescimento que possibilite aos cidadãos relações interpessoais e convívio fraternal.

A sociedade encontra-se voltada para o trabalho, em que mesmo com o tempo disponível para utilizar com lazer e o ócio, o ser humano prefere utilizá-los com tarefas relacionadas ao trabalho, produtos de um transição histórica respaldada em refrãos "o trabalho enobrece o homem". Há pouco tempo identificaram-se algumas tendências para o início da transição de uma sociedade centrada no trabalho para outra baseada no lazer. A mudança está identificada quase exclusivamente nos altos cargos, contudo já é o início de uma transformação.

É preciso entender que o lazer não é visto como divertimento, descanso e preenchimento do tempo livre, mas como uma questão de cidadania. Há o desenvolvimento pessoal e social em jogo, a

<sup>1</sup> Quem faz uma coisa por ofício, Aurélio, 2004.

educação para o lazer é uma contribuição para uma sociedade que transforma seus cidadãos apenas em instrumentos de trabalho.

Desenvolve-se lazer em vários âmbitos dentro da sociedade. E, por ter essa facilidade de prática em vários ofícios, tornou-se um veículo privilegiado da educação. Para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, uma educação voltada para o lazer e para a educação do tempo livre.

Para os entrevistados, tempo livre é estar livre de tarefas obrigatórias. Em sua maioria atividades de lazer são realizadas no horário livre. Por esse motivo apresentam muitas vezes sem tempo para o lazer, por estarem ocupados com tarefas diárias de casa, trabalho e família, trabalhos e metas a serem cumpridas e superadas. Estes demonstram que o lazer é estar livre de obrigações e aproveitar o tempo livre.

Após análise das entrevistas e dos referenciais teóricos, observa-se que tempo livre refere-se a um determinado horário em que não estamos ocupados com tarefas relacionadas ao trabalho, ou obrigações. Não significando que seja um tempo em que não se tenha o que fazer. Cabe à pessoa escolher como usufruirá desse tempo, coincidindo com a definição de Dumazedier (1973) para lazer.

Há a necessidade de se pensar como incentivar a sociedade à prática do lazer e efetivar sua expansão. Para que ocorra essa expansão, é necessário incentivar a prática do turismo, e o modo como se daria esse processo seria através do incentivo para viagens, um sistema de educação para a ocupação do tempo livre. O método para efetivar a expansão do lazer, segundo Marcellino (1990), é através do privilegiado veículo da educação, pois para a prática das atividades de lazer, é necessário o aprendizado. A atividade de lazer precisa ser estudada e interagida de uma maneira interdisciplinar, não podendo ser usado somente como passa-tempo, pois isso a descaracteriza, devendo ser entendida como uma participação cultural.

Apesar do lazer ser utilizado de várias formas, não é interessante usufruir dele com qualquer atividade, no entanto deve-se optar por maneiras que promovam a inclusão, a humanização, a alegria e a diversão para todas as situações vividas. É de extrema importância tornar essencial o lazer na vida dos seres humanos para que haja o crescimento social e cultural, melhorando e mantendo a qualidade de vida.

## Conclusão

Do ponto de vista acadêmico, o lazer tem seus problemas resolvidos, ou melhor, teorizados, todos os autores, todos os especialistas da área tem conhecimento amplo do histórico, da estrutura da essência do lazer com um conteúdo de fator preponderante e essencial ao seres humanos. Isto é unanimidade entre os especialistas. Mas, então, onde se encontra o problema? Conhece-se lazer, estuda-se lazer, sabe-se da necessidade do lazer para o indivíduo, deste uso do lazer como fator essencial à condição humana, mas que não se concretiza por diversos fatores. O que é lazer para uns não é para outros. Entretanto não se resume neste item o problema, pois o lazer é uma opção individual e irrestrita. O grande problema encontra-se na educação para e pelo lazer que não existe na sociedade. Fazemos parte de uma sociedade extremamente capitalista, onde se trabalha até nas horas vagas, porém, com o desenvolver desta e com o progresso das opções de ofertas mecanizadas e robotizadas, o homem começa a ter mais tempo livre, e não sabe como usá-lo. Surge, então, o consumo como opção irrestrita de lazer. Não estamos acostumados a ter horas livres e não sabemos como dispô-las. Precisa-se inserir na educação moderna a educação para o lazer e pelo lazer, somente, desta forma, passaremos da inércia da transmissão do lazer como consumo para o lazer como opção de entretenimento<sup>2</sup> no tempo livre.

## Referências

- ANDRADE, Jose Vicente. Gestão em Lazer e Turismo. Belo Horizonte: Autentica, 2001
- BACAL, Sarah. Lazer e o universo dos possíveis. São Paulo: Aleph, 2003.
- BLATT, Claudete R. Um modelo de Orientações profissionalizadas para as atividades físicas dos cursos técnicos do CEFET-BA. 2002. Dissertação (Mestrado em Pedagogia Profissional) CEFETBA / ISPEPTP. 2002.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.
- \_\_\_\_\_. O que é Lazer. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- GOMES, Christianne Luce(org.). Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- LAGE, Beatriz H.G. (org). Turismo, Hotelaria e Lazer. São Paulo: Atlas, 2004.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). Lazer: Formação e atuação Profissional. Campinas: Papirus, 1995.
- \_\_\_\_\_. Lazer e Educação. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

<sup>2</sup> Entretenimento, forma de ocupação do tempo livre (Blatt, 2006)



MELO,Victor Andrade de; Alves Junior, Edmundo de Drumond.  
Introdução ao Lazer. Barueri-SP: Manole, 2003.

MULLER, Ademir (org.). Lazer e Desenvolvimento Regional. Santa  
Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

PIRES, Mário Jorge. Lazer e turismo cultural. 2. ed. São Paulo:  
Manole, 2002.

REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.

WAICHMANN, Pablo. Tempo Livre e Recreação. Um desafio  
Pedagógico. 2. ed. Campinas: Papirus,1997.

WERNECK, Christianne Luce. Lazer e Mercado. Campinas: Papirus,  
2001.